

EDITAL Nº 99 DE 18 DE JULHO DE 2017
CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE MAGISTÉRIO SUPERIOR
CLASSE A – AUXILIAR

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS QUE REGULAMENTAM O CONCURSO
PÚBLICO PARA PROFESSOR DE MAGISTÉRIO SUPERIOR**

Estas Instruções Específicas, o Edital 99/2017, a Resolução nº 13 – CONSU de 11/10/2013 alterada pela Resolução nº 16 – CONSU de 11/07/2014, disciplinarão o Concurso Público para Professor de Magistério Superior - Classe A – Denominação de Auxiliar não cabendo a qualquer candidato alegar desconhecê-lo.

Área: Ginecologia e Obstetrícia

Conteúdo: Saúde da Mulher em todos os níveis de atenção; Práticas Integração Ensino, Serviço e Comunidade; Semiologia; Internato; Farmacologia e Residência Médica.
Curso: Medicina

Formação Profissional: Graduação em Medicina, com Residência Médica ou Especialização em Ginecologia Obstetrícia reconhecida pelo Ministério da Educação ou Título de Especialista em Ginecologia Obstetrícia reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina.

Conteúdo Programático para Prova Teórica:

1. Políticas públicas na área de saúde da mulher.
2. Educação para a saúde em DST e AIDS.
3. Anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutores femininos.
4. Endocrinologia Feminina.
5. Propedêutica Feminina.
6. Pré Natal.
7. Parto e puerpério.
8. Intercorrências obstétricas.
9. Intercorrências clínicas na gestação.
10. Planejamento Familiar.

Conteúdo Programático para Prova Didática

O candidato deverá elaborar uma exposição teórico-prática, tendo como base exemplo(s) de situação(ões) ou caso(s) clínico(s) que possibilite(m) a discussão de aspectos epidemiológicos,

fisiopatológicos, raciocínio clínico, diagnóstico e orientação de plano terapêutico, conforme a pertinência ao tema sorteado.

Temas:

1. Assistência pré-natal.
2. Assistência ao Parto.
3. Síndromes Hipertensivas da Gestação.
4. Trabalho de parto prematuro
5. Amenorreia.
6. Fisiologia da Puberdade.
7. Câncer de colo uterino.
8. Planejamento familiar
9. Endometriose
10. Avaliação de maturidade fetal

SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº4 de 07 de novembro de 2001. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Medicina. Diário Oficial da União. Brasília, 9 de nov. 2001; Seção 1, p.38.

Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da Universidade federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CABRAL ACV. Fundamentos e prática em obstetrícia. 1ª Ed. Atheneu, 2010.

CAMARGOS AF, MELO VH, CARNEIRO MM, REIS FM. Ginecologia ambulatorial baseada em evidências científicas. 2ª Ed. Cooperativa Editora e Cultura Médica, 2008.

DECHERNEY, AH & NATHAN, L. Obstetrícia e Ginecologia: Diagnóstico e Tratamento. 9ª Ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2005.

ZUGAIB M, FRANCISCO RPV. Obstetrícia. 3ª Ed. São Paulo: Editora Manole, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 82 p.: il. – (Série C.

Projetos, Programas e Relatórios).

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.

Departamento de Ações

Programáticas Estratégicas. Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência

doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes / Ministério da Saúde, Secretaria de

Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.

Brasília, Editora do

Ministério da Saúde, 2006. (Série B. Textos Básicos)

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.

Departamento de Ações

Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e Puerpério: atenção

qualificada e humanizada - manual técnico. Brasília, Ministério da Saúde, 2005. (Série A. Normas e

Manuais Técnicos) – (Série: Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Cad nº. 5).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.

Departamento de Ações

Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Direitos Sexuais e Direitos

Reprodutivos: uma prioridade do governo/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde,

Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, Ministério da Saúde, 2005. (Série A.).

Normas e Manuais.

Outras referências a critério dos candidatos.